A MATERNIDADE NAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS COMO DESVANTAGEM SOCIAL

Marcelo Medeiros Coelho de Souza

1 INTRODUÇÃO

É fato notório que a fecundidade total no Brasil tenha diminuído. Para o grupo de mulheres entre 15 e 19 anos, porém, vem ocorrendo o inverso, um aumento na ordem de 26% entre as taxas específicas de 1970 e 1991, como se observa na Tabela 1. O fenômeno tem sido relacionado ao aumento da vida sexual das jovens nessa idade, geralmente explicado pela difusão de valores culturais que favorecem a atividade sexual nessa idade (Melo, 1993, p. 37-38).

Tabela 1

TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE
BRASIL – 1970-1991

Grupo etário	1970-75	1975-80	1981-86	1986-91	Variação 1970-91 (%)
15-19	0,065	0,080	0,074	0,087	26
20-24	0,201	0,213	0,171	0,162	–25
25-29	0,229	0,226	0,182	0,143	–60
30-34	0,174	0,173	0,121	0,094	–85
35-39	0,112	0,117	0,067	0,055	–105
40-44	0,051	0,053	0,026	0,024	–108
45-49	0,013	0,011	0,006	0,006	–128
TFT	4,222	4,361	3,230	2,853	–48

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Dois conceitos têm sido utilizados para abordar fatos relacionados a esse aumento de fecundidade, *Gravidez na Adolescência* e *Maternidade Precoce*. O conceito *Gravidez na Adolescência* tem a vantagem de ser mais amplo que o de *Maternidade Precoce*, permitindo a inclusão de estudos sobre os processos de interrupção da gravidez, em especial os casos de aborto provocado, cuja incidência é alta nas mulheres jovens. Todavia, a noção de adolescência não pode, senão por aproximação, ser definida etariamente, já que é uma fase socialmente estabelecida que diz respeito a referenciais culturais e papéis sociais. A maioria dos estudos no Brasil que usam o conceito é extremamente cautelosa a esse respeito porém, em pesquisas como esta, que agregam dados para todo o país, tomar fase da vida por faixa etária pode ser comparado a tomar gênero por sexo: é instrumentalmente útil, mas exige pressupostos de homogeneidade dos papéis nos diversos grupos sociais que podem ser controversos.

Por sua vez, a abordagem na forma de *Maternidade Precoce* normalmente convenciona como *precoce* a maternidade abaixo de 20 anos (quase sempre tratando das idades entre 15 e 19 anos) assumindo que a maternidade nessa idade antecipa a maturidade biológica ou os momentos socialmente institucionalizados para a reprodução e suas implicações em termos de constituição de família. Obviamente a adequação da reprodução a uma determinada idade varia em cada grupo social. Logo, quando se define uma idade como precoce, se está lançando mão de um mecanismo semelhante ao utilizado nos estudos de Gravidez na Adolescência: recorre-se a uma idade cronológica para definir uma idade social. Não se trata propriamente de um recurso "ilegítimo", já que a idade cronológica é a única informação comumente disponível em pesquisas. Isso, no entanto, não dispensa a cautela com os termos. Ainda que seja razoável aceitar um certo grau de homogeneidade entre as idades cronológica e social em diferentes grupos, é importante lembrar sempre que se trata de uma aproximação que pode ter seu significado alterado sob novas circunstâncias culturais. A expansão da maternidade nessa idade em determinados grupos tende, por exemplo, a institucionalizar novas idades para a reprodução e levar a linha que define "precoce" para uma idade cronológica mais baixa.

O artigo trata especificamente de maternidade e evita o uso do termo precoce, mas isso evidentemente não resolve o problema. O que se tenta é mostrar que o impacto da maternidade em um grupo

taxonomicamente criado é significativo em variáveis associadas aos papéis de adolescente ao ponto de se poder definí-la como *precoce*. Assim, os resultados obtidos devem ser localizados espacial e temporalmente, portanto encarados como referentes a uma certa simplificação de uma "cultura da reprodução" existente no Brasil na década de 1990.

A magnitude da maternidade nessa idade, ainda que baixa, não é desprezível. Cerca de 14% das mulheres de 15 a 19 anos entrevistadas pela Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) em 1996 tinham ao menos um filho, sendo que a primeira maternidade ocorreu, em sua maioria (70% dos casos), entre 15 e 17 anos de idade (BEMFAM, 1997, p. 45). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 sugerem que cerca de 987 mil mulheres entre 15 e 19 anos tiveram algum filho, o que corresponde a 13% do total de mulheres nessa idade, como mostra a Tabela 2. Como esperado, a proporção de mulheres que já tiveram algum filho cresce com a idade. A magnitude da maternidade entre mulheres de 15 anos é, em termos nacionais, muito baixa, não alcançando 50 mil mães. A partir da idade de 17 anos, porém, a maternidade começa a se tornar expressiva.

Tabela 2

MULHERES QUE TIVERAM FILHOS
SEGUNDO IDADE
BRASIL – 1995

Idade	Sim	%	Não	%	Total
15	48.468	3	1.723.754	97	1.772.222
16	112.041	7	1.518.917	93	1.630.958
17	201.067	13	1.316.319	87	1.517.386
18	275.479	19	1.189.295	81	1.464.774
19	349.460	26	1.020.124	74	1.369.584
Total	*986.515*	*13*	*6.768.409*	*87*	*7.754.924*

Fonte: IBGE – PNAD, 1995.

A maternidade abaixo dos 15 anos de idade é muito reduzida. A Tabela 3 mostra dados sobre partos de mulheres menores de 20 anos no Sistema Único de Saúde, que expressam a maior parte dos partos realizados no país. Nela é possível observar que, apesar de aumentando nos últimos anos, a maternidade abaixo dos 15 anos é um fenômeno pouco comum, razão pela qual esta análise limita-se às mulheres entre 15 e 19 anos.

Tabela 3

NÚMERO DE PARTOS DE MULHERES
DE MENOS DE 20 ANO
BRASIL – 1993-1995

Idade	1993	%	1994	%	1995	%
10 a 14	26,505	4	26,604	4	28,282	4
15 a 19	611,608	96	635,371	96	661,330	96
Total	*638,113*	*100*	*661,975*	*100*	*689,612*	*100*

Fonte: DATASUS.

Ter filhos, em qualquer idade, não pode ser valorado como intrinsecamente ruim. O aumento da fecundidade entre as jovens de 15 a 19 anos poderia simplesmente estar indicando uma mudança nos padrões de reprodução resultante do desejo das mulheres e suas famílias de iniciarem mais cedo sua vida reprodutiva. Ter filhos não desejados, no entanto, representa uma limitação de liberdade e, portanto, não é difícil de ser visto como algo negativo. A Tabela 4 mostra a situação de planejamento de fecundidade das mulheres que estão grávidas ou tiveram algum filho, segundo idade. Nela se observa que pelo menos metade das mulheres com idades abaixo de 20 anos não desejava ter tido filhos nessa idade. Os dados apresentados referem-se apenas à situação em 1996, mas não há razões aparentes para crer que o aumento da fecundidade nesse grupo etário seja reflexo de um aumento na fecundidade desejada. Logo, pode-se afirmar que o aumento da maternidade entre mulheres de 15 a 19 anos é, ao menos do ponto de vista da capacidade de controle da vida reprodutiva dessas mulheres, negativo.

Tabela 4

SITUAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE FECUNDIDADE DAS MULHERES
BRASIL – 1996

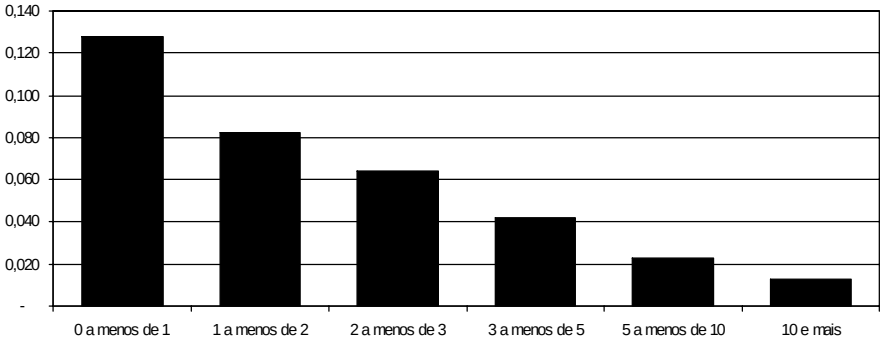
Idade	Situação de planejamento				
	Queria agora	Mais tarde	Não queria	Sem informação	Total
<20	49,8	36,9	12,2	1,1	100
20-24	53,1	31,1	14,7	1,1	100
25-29	55,2	22,9	20,9	1,0	100
30-34	49,0	18,1	32,7	0,3	100
35-39	37,5	9,7	50,0	2,7	100
40-44	27,9	7,4	64,2	0,5	100
45-49	36,2	0,0	63,8	0,0	100

Fonte: BEMFAM – PNDS 1996.

Assim como entre as demais mulheres, a fecundidade na faixa de 15 a 19 anos diminui à medida que aumenta o nível de renda familiar, como se observa no Gráfico 1. As jovens mais pobres têm a fecundidade cerca de dez vezes maior que as mais ricas. Configurando-se a maternidade como uma desvantagem social, seu efeito será seletivo entre diferentes grupos sociais: as mulheres mais pobres serão as mais atingidas.

Gráfico 1

TAXAS DE FECUNDIDADE
MULHERES DE 15 A 19 ANOS
SEGUNDO RENDA FAMILIAR EM SALÁRIOS MÍNIMOS
BRASIL – 1986-1991



Fonte: IPEA. Estimativas de fecundidade por Grupos de Renda.

2 MATERNIDADE E CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

2.1 Mercado de trabalho

Há diversas evidências que sugerem que a maternidade causa desvantagens às mães no mercado de trabalho. Estudos de gênero, por exemplo, mostram que os modelos de família vigentes no Brasil condicionam a participação das mulheres no mercado de trabalho a fatores que não se limitam à qualificação profissional. Bruschini, Lombardi (1996) argumentam que a necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que oscilam entre atividades produtivas e funções reprodutivas que lhe são atribuídas:

> *"(...) O estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como sua estrutura e ciclo de vida, são fatores que estão sempre presentes na decisão de mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a existência de emprego tenham um papel fundamental" (1996, p. 484).*

Essa desvantagem poderia ser observada no declínio da participação no mercado de trabalho (taxas de atividade) nas idades de reprodução de mulheres, como ocorre em alguns países. A saída de mulheres do mercado de trabalho nas idades onde a fecundidade é maior indicaria o ponto do ciclo de vida onde ocorre redução na atividade econômica em função dos papéis relacionados à reprodução, fato que não ocorreria entre homens. Todavia, Rios-Neto, Wajnman mostram que a análise direta de dados de período (o recorte das PNAD, por exemplo) não permitem esse tipo de afirmação quando o padrão de atividade das mulheres de diversas coortes não for estável, concluindo que

> *"(...) a interpretação do pico observado no padrão de atividade feminina no Brasil, nas décadas recentes, como resultado da retirada*

> *precoce de mulheres do mercado de trabalho, em decorrência de fatores tais como casamento e maternidade, não é adequada" (1994, p. 456).*

Rios-Neto, Wajnman contornam esse problema obtendo séries a partir da concatenação de PNADs que descrevem os perfis de atividades para coortes que estariam em idade ativa entre 1976 e 1991 e concluem:

> *"Surpreendentemente, o que estes perfis estão mostrando é que, ao contrário do que os dados de período nos faziam supor, não há um padrão de saída precoce da força de trabalho nas idades associadas a casamento e maternidade para nenhuma coorte" (1994, p. 458).*

Ora, a evidência empírica de vários países indica a existência de correlação negativa entre maternidade recente e taxas de participação femininas. Seria o Brasil[1] um caso onde filhos não afetariam a participação das mulheres no mercado de trabalho? A pesquisa sobre mulheres casadas urbanas de 20 a 59 anos de Rios-Neto (1996) permite responder negativamente a essa questão. Nela se conclui que a participação feminina no mercado de trabalho é afetada pelo *status* dos filhos, sendo seu efeito na redução das taxas de participação forte quando as crianças têm até 5 anos de idade (usando a hipótese mais flexível de Rios-Neto) e conclusivo no caso de crianças com menos de 1 ano de idade (mesmo sob hipóteses mais rigorosas).

Em que medida a diminuição da participação no mercado de trabalho de mulheres de 20 ou mais anos com filhos permitiria supor uma desvantagem das mães de 15 a 19 anos em relação às outras mulheres nesta idade? Já que ter filhos não pode ser considerado intrinsecamente ruim, seria possível ver a saída do mercado de trabalho como sendo, por exemplo, uma expressão de autonomia das mães que indicaria simplesmente a decisão de alocar tempo dedicado ao trabalho nos cuidados aos filhos, ou seja, o exercício da liberdade de escolha individual. O relevante, neste caso, são os motivos pelos quais as mães estão afastando-se do mercado de trabalho. Notoriamente

1 Acredita-se que no Brasil diversas mulheres podem manter-se economicamente ativas porque delegam a criação dos filhos a terceiros, em especial a empregadas domésticas, creches e mães-crecheiras.

filhos consomem uma fração significativa de recursos pessoais e financeiros das famílias e estudos de gênero como o de Bruschini, Lombardi (1996) têm mostrado que, dados os padrões de divisão do trabalho familiar no Brasil, são predominantemente as mães que arcam com o trabalho de criação dos filhos. A diminuição das taxas de participação estaria refletindo as limitações que as mães encontram para conduzir simultaneamente atividades produtivas e funções reprodutivas. Para as mães de 15 a 19 anos, assim como dentre as mais velhas, filhos implicam desvantagem à medida que, sob os papéis de gênero vigentes, afetam a oferta de trabalho das mulheres ao limitar sua opção por participar ou não do mercado de trabalho.

Ter filhos pode também ser desvantajoso à medida que afeta também a demanda por trabalho. Isso ocorre quando as firmas discriminam mulheres com filhos por julgar que estas, incapazes de articular convenientemente atividades produtivas e funções reprodutivas que lhes são atribuídas, alcançam índices menores de produtividade, estão mais sujeitas ao absenteísmo e abandono do emprego e, especialmente no caso das mulheres mais novas que antecipam as idades convencionadas para reprodução, menos responsáveis ou atentas a normas sociais. Neste caso, as mulheres jovens com filhos tenderiam a receber salários menores do que as demais mulheres com qualificação semelhante.

A Tabela 5 apresenta os diferenciais nas taxas de atividade e taxas de ocupação das mulheres de 15 a 19 anos que tiveram ou não filhos. É possível observar que em todas as idades as mulheres que tiveram filhos apresentam taxas de atividade e ocupação bem menores que as taxas das mulheres que não os tiveram. A baixa atividade econômica determinando alta fecundidade é uma relação pouco plausível nessa idade, portanto o efeito negativo de filhos na participação no mercado de trabalho das mulheres estaria refletindo em parte as dimensões das dificuldades encontradas por elas para compatibilizar atividades econômicas e funções reprodutivas. A magnitude das diferenças nas taxas de atividade entre mulheres que tiveram e as que não tiveram filhos mostra que o impacto de filhos na participação no mercado de trabalho é especialmente forte entre as mulheres muito jovens.

Tabela 5

TAXAS DE ATIVIDADE E OCUPAÇÃO DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS
BRASIL – 1995

%

Idade	Filhos			
	Sim		Não	
	Atividade	Ocupação	Atividade	Ocupação
15	23	33	64	85
16	33	40	79	82
17	35	46	77	83
18	42	54	83	84
19	43	61	82	84

Fonte: IBGE – PNAD 1995.

O desemprego mostra-se muito maior entre as mulheres que tiveram filhos. Enquanto as taxas de ocupação das mulheres que não tiveram filhos mantém-se estáveis nas diversas idades, entre as que tiveram filhos as taxas crescem com a idade, o que mostra que o impacto negativo dos filhos no emprego é bem mais forte entre as mulheres mais novas. Proporcionalmente estas participam menos do mercado de trabalho e, quando o fazem, têm muito mais dificuldade de conseguir empregar-se do que as mulheres sem filhos ou com filhos e mais velhas.

Tabela 6

HORAS TRABALHADAS E RENDIMENTO MÉDIO MENSAL
DO TRABALHO PRINCIPAL (EM REAIS) DAS MULHERES
BRASIL – 1995

Idade	Filho			
	Sim		Não	
	Horas trabalhadas	Rendimento mensal	Horas trabalhadas	Rendimento mensal
15	40	85	41	90
16	41	102	42	108
17	38	104	41	120
18	41	121	42	146
19	40	160	42	165

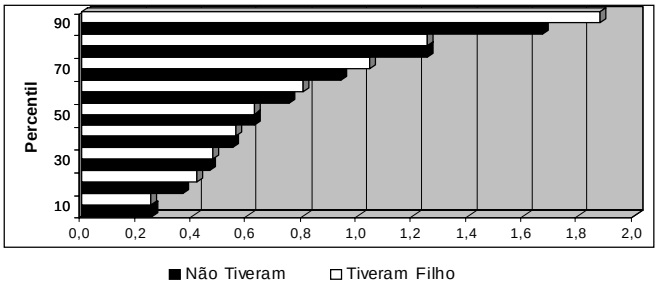
Fonte: IBGE – PNAD 1995.

As menores taxas de ocupação entre as mulheres que tiveram filhos sugerem que o mercado de trabalho estaria responden-

do com diminuição do volume de emprego às desvantagens causadas pela maternidade. A ausência de diferenças significativas entre os rendimentos médios de todos os trabalhos remunerados das mulheres (cerca de R$ 132,00 para as que tiveram filhos e R$ 130,00 para as que não tiveram, segundo dados da PNAD 1995) corrobora a idéia de que o mercado reage a filhos com flutuações nas quantidades, mas não nos preços do trabalho. Note-se, porém, que ao se analisar as distribuições dos diferenciais nos rendimentos apresentadas no Gráfico 2, destaca-se o fato de que as que tiveram filhos têm, normalmente, rendimentos por hora trabalhada maiores do que as que não têm filhos. Para elas há limitações para a ocupação de postos de trabalho, mas não parece haver seletividade na remuneração. É possível, portanto, que uma parte expressiva do desemprego entre as mulheres que tiveram filhos seja explicada não por uma restrição na oferta de postos, mas como resultado de mecanismos que estariam condicionando a oferta de mão-de-obra. Se a unidade de decisão para a oferta de mão-de-obra for a família e certos tipos de trabalho forem considerados incompatíveis com papéis de reprodução, parte desse desemprego, portanto, pode ser "voluntário", no sentido em que a família decide que a mulher não trabalhará naquele posto.

Gráfico 2

RENDIMENTO POR HORA DO TRABALHO PRINCIPAL



Fonte: IBGE – PNAD 1995.

2.2 Educação

Como no Brasil, entre as mulheres jovens, escolaridade e fecundidade apresentam correlação negativa e

> *"Aproximadamente 51% das mulheres de 15 a 19 anos sem escolarização já haviam se tornado mães e quase 4% estavam grávidas do primeiro filho [enquanto] estas proporções correspondem a 4% e 2%, respectivamente entre as mulheres com nove a 11 anos de estudo" (BEMFAM, 1997, p. 47),*

parece correto afirmar que há causalidade nas duas direções entre educação e maternidade, porém com os dados secionais disponíveis (tanto a PNAD 95 quanto a PNDS 96) não é possível responder com exatidão em que medida a baixa escolaridade das mães jovens é causa e conseqüência da maternidade.

Como as demais fases da vida, o período da adolescência não é definido pelo simples desenvolvimento biológico, mas por mecanismos culturais. Sendo assim, o momento de transição para a vida adulta não obedece estritamente à idade cronológica dos indivíduos, variando em cada grupo social. A transição implica mudança de atribuições e papéis de criança para os de adulto. Dentre os papéis de criança, estão aqueles relacionados à escolarização, que a transição para a fase adulta implica abandonar.

Dois dos grandes problemas de educação da população de 15 a 19 anos no Brasil, repetência e evasão, que implicam atraso na relação idade-série e baixo nível de escolaridade, estão relacionados à seletividade social do sistema de ensino. Esta é, em parte resultado do início da transição para a vida adulta de algumas pessoas em idades ainda muito jovens. A expressão mais comum dessa transição é o trabalho em tempo integral e não é raro, especialmente nas famílias em piores condições sócio-econômicas, que o período de liminaridade entre infância e vida adulta representado pela adolescência, onde seria possível a coexistência de estudos e trabalho seja, por razões diversas, reduzido. A maternidade age como elemento de pressão que antecipa ainda mais essa transição, como sugerem os resultados da pesquisa de Azevedo *et al.* (1986, p. 97) ao trazer evidências de que a gestação é um marco que suprime os ritos convencionais de passagem de uma fase a outra, forçando as mulheres jovens a assumir abruptamente papéis da vida adulta relacionados à constituição de família e provimento de renda que seriam incompatíveis com a manutenção de estudos. Por outro lado, aspectos biológicos da gestação e maternidade são incompatíveis com a vida escolar na forma em que ela normalmen-

te se constitui. O sistema de ensino de jovens não está preparado para receber uma clientela de mães pois a estrutura física, grades de horários *etc.* não contemplam aspectos da maternidade como, por exemplo, a amamentação.

A Tabela 7 mostra que existe um número maior de analfabetas entre as mulheres de 15 a 19 anos com filhos. As chances de superação do analfabetismo nessa idade são ainda razoáveis, mas o efeito da interrupção nos estudos causada por um filho nas taxas de analfabetismo não deveria resultar em diferenciais tão grandes, confirmando que mulheres de 15 a 19 anos de menor nível educacional estão mais expostas ao risco de ter filhos.

Tabela 7

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
FREQÜÊNCIA ATUAL E ANTERIOR À ESCOLA DAS MULHERES
BRASIL – 1995

%

Idade	Filho					
	Sim			Não		
	Alfabetização	Freqüência Escola	Freqüência anterior	Alfabetização	Freqüência Escola	Freqüência anterior
15	90	11	91	97	79	91
16	90	11	91	96	73	93
17	88	12	95	96	68	93
18	89	10	94	96	60	95
19	92	9	95	97	50	96

Fonte: IBGE – PNAD 1995.

As mulheres que não tiveram filhos apresentam uma freqüência à escola significativamente maior (chegando a sete vezes) do que as mulheres que os tiveram. Para as idades mais jovens de 15 e 16 anos, entre 79% e 73% das mulheres que não tiveram filhos freqüentam escola, taxa que cai para cerca de 11% entre as mulheres que os tiveram.

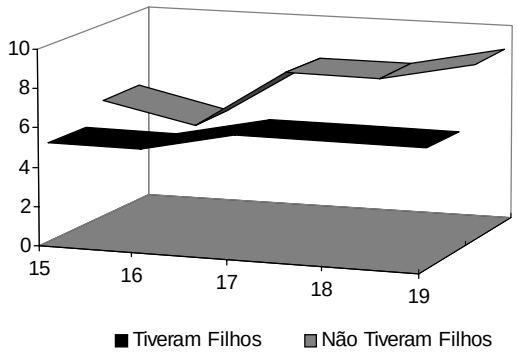
A diferença de freqüência à escola poderia estar sendo causada por diferenças pré-existentes no perfil educacional das mulheres. Mulheres que jamais freqüentaram escola poderiam ter uma propensão radicalmente maior para ter filhos do que as que haviam

freqüentado. Na Tabela 7 é possível ver que não há diferença expressiva entre mulheres que tiveram e mulheres que não tiveram filhos quanto às proporções de resposta para a pergunta Anteriormente freqüentou escola, corroborando a idéia de que as baixas taxas de freqüência à escola são conseqüência do fato de se ter filhos[2], mesmo diante da maior fecundidade das mulheres pouco educadas.

No Gráfico 3 é possível comparar o grau de escolaridade das mulheres que tiveram ou não filhos. As mulheres que não tiveram filhos apresentam uma curva de escolaridade crescente à medida que aumenta a idade das mulheres. Já entre as mulheres que tiveram filhos, não só a curva parte de um patamar mais baixo e mantêm menor escolaridade em todas as idades como também a escolaridade não cresce a partir da idade de 16 anos. Parece, portanto, que há causalidades em duas direções: por um lado filhos reduzem as chances de escolarização e, por conseqüência, o nível educacional das mulheres e, por outro, um baixo nível educacional está associado a uma maior propensão a ter filhos, o que coloca as mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filhos em um círculo vicioso. O peso de um fator sobre o outro, no entanto, não pode ser estimado com os dados seccionais disponíveis.

Gráfico 3

ANOS MÉDIOS DE ESTUDO DAS MULHERES
BRASIL – 1995



Fonte: IBGE. PNAD 1995.

2 Os dados disponíveis não permitem verificar quando se freqüentou escola pela última vez.

2.3 Nupcialidade e padrões de família

Uma união matrimonial no Brasil traz, simultaneamente, vantagens e desvantagens às mulheres. Além das óbvias satisfações psicológicas, há vantagens que estão fortemente relacionadas à divisão dos custos de manutenção das famílias. Sabendo que os membros redistribuem seus recursos para consumo dentro das famílias, que há uma correlação positiva entre idade e rendimentos (Bonelli, Ramos, 1994, p. 19), um significativo diferencial salarial a favor dos homens (Bruschini, 1995, p. 110-111; Barros, Mendonça, 1995, p. 40) e que as mulheres geralmente casam-se com homens mais velhos (Greene, Rao, 1992, p. 168), deduz-se que, do ponto de vista dos rendimentos, para as mulheres uma união é, em termos gerais, preferível a manter-se solteira. Uma das contrapartidas dessa vantagem é o papel se espera que a mulher assuma ao constituir família. Este restringe não só sua participação no mercado de trabalho mas também – o que é especialmente importante no caso das jovens – sua escolarização. A limitação de dois elementos centrais para a vida social tem profundas implicações de longo prazo na vida fora do ambiente familiar. Quanto mais durarem a saída do mercado de trabalho (ou o deslocamento para a periferia desse mercado, em empregos de baixa qualidade) e a interrupção da escolarização, maiores as dificuldades de retorno; o primeiro, por fatores relacionados à qualificação da força de trabalho e sinalização dada aos empregadores e, o segundo, pelas conseqüências da defasagem idade-série, que tornam o ambiente e os conteúdos escolares inadequados às perspectivas dos alunos.

Dados obtidos por Greene (*apud* Greene, Rao, 1992, p. 169) corroboram a idéia de que a instabilidade das uniões é desvantajosa para as mulheres. Já que a separação implica assumir papéis que demandam qualidades que foram prejudicadas pela união, é preferível às mulheres uma vez unidas satisfazer seus interesses dentro da estrutura institucional das uniões do que em arranjos fora dessa estrutura. Em estudo que abrange uma fração significativa da população brasileira Cremonesi (1994, p. 113) mostra que as três variáveis mais explicativas para o risco de separação são, na ordem, o tipo de união, a fecundidade e a idade da mulher. O risco de dissolução seria maior nas uniões consensuais (ou informais), que geram nenhum ou apenas um filho e nas que envolvem mulheres que se casam (unem) mais jovens.

Para as mulheres, gerar um filho pressiona a constituição de uma união. A Tabela 8 mostra que as chances de uma mulher estar unida, em todas as idades, são significativamente maiores se essa mulher teve ao menos um filho. Aos 15 anos essas chances são cerca de 22 vezes maiores, caindo com a idade das mulheres, provavelmente pelo aumento em idades mais avançadas das uniões que não têm filhos tidos como elemento de motivação.

Tabela 8

MULHERES QUE VIVEM
COM ESPOSO OU COMPANHEIRO
BRASIL – 1995

Idade	Filho	
	Sim	Não
15	67	3
16	62	4
17	68	7
18	60	8
19	70	12
Total	66	6

Fonte: IBGE – PNAD 1995.

Há indicações de que seriam realmente os filhos que estariam pressionando as uniões. A relação inversa, ou seja, a existência de uniões prévias é que estaria criando circunstâncias favoráveis para o nascimento de filhos, permitiria esperar que, ao unir-se por razões que não a pressão criada por filhos tidos, as mulheres se destacassem do núcleo de suas famílias e fossem constituir famílias em domicílios separados. Neste caso, as taxas de mulheres cuja mãe mora no domicílio deveriam ser reduzidas. A Tabela 9, no entanto, mostra que nessas idades é muito alta a proporção de mulheres que têm filhos e continuam a residir com suas mães.

Tabela 9

MULHERES CUJA MÃE MORA DOMICÍLIO
BRASIL – 1995

Idade	Filho	
	Sim	Não
15	33	86
16	40	84
17	35	81
18	38	80
19	29	76
Total	34	82

Fonte: IBGE – PNAD 1995.

Como para as mulheres gerar um filho pressiona a constituição de união e "o número de filhos nascidos anteriormente ao casamento tem efeito positivo e substancial nas chances de constituir um casamento informal (...)" (Greene, Rao, 1992, p. 177), pode-se afirmar que dentro do mercado matrimonial é especialmente desvantajoso para a mulher jovem ter filhos. A Tabela 10 permite ver que ter filhos diferencia o tipo de união das mulheres, especialmente nas uniões de mulheres com mais de 17 anos. Ocorre que o tipo consensual (informal para Greene, Rao) das uniões reduz-se à medida que avança a idade de todas as mulheres, mas entre as mulheres que tiveram filhos essa redução é mais lenta. Ter filhos, portanto, aumenta as chances das mulheres de 15 a 19 anos envolverem-se em uma união, afastarem-se da escola e do trabalho para adaptarem suas estratégias de vida a papéis relacionados à reprodução assumindo os prejuízos causados por esse afastamento e, dado caráter instável dessas uniões, separarem-se. Quando a separação ocorre, a mulher ou busca uma nova união, cujas chances maiores são de que seja do tipo consensual, perpetuando o risco mais alto do desarranjo das estratégias de vida causado por uma nova separação ou insere-se novamente no mercado de trabalho e/ou no sistema de ensino, prejudicada pelo tempo em que permaneceu afastada deles.

Tabela 10

TIPO DE UNIÃO DAS MULHERES
BRASIL – 1995

Filho	Idade	Civil e religioso	Só civil	Só religioso	União consensual
Sim	15	2	9	2	88
	16	8	14	6	72
	17	16	15	3	66
	18	14	17	7	62
	19	22	18	6	54
Não	15	6	7	1	86
	16	11	13	5	71
	17	20	21	5	55
	18	24	18	5	53
	19	31	21	4	44

Fonte: IBGE – PNAD 1995.

A Tabela 11 mostra os tipos de famílias constituídas pelas mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filhos. Note-se que o conceito de família aqui utilizado tem abrangência diferente do conceito de família baseado apenas na existência de relações de parentesco entre os membros. Aqui, como na PNAD 1995, família é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco (parentes em geral), dependência doméstica (empregados e agregados) ou outras normas de convivência (pensionistas, por exemplo) que compartilham uma mesma unidade domiciliar. Na Tabela 11 observa-se que não há, em função da idade das mães, grandes variações nos tipos de família predominantes entre as mulheres de 15 a 19 anos. O mais comum entre as mães jovens, abrangendo pelo menos 85% das famílias, são os arranjos formados por um casal vivendo com um ou mais filhos, todos menores de 14 anos ou apenas a mãe vivendo com filhos, todos menores de 14 anos. Casos de arranjos sem filhos ou com filhos de mais de 14 anos são possíveis, por exemplo, quando os filhos morreram ou foram residir em outros domicílios, quando as mulheres uniram-se a cônjuges que já tinham filhos ou quando a jovem mãe reside no domicílio de seus pais ou empregadores que têm também outros filhos. Chama a atenção o menor número de casais e o grande número de famílias constituídas apenas pela mãe, se comparado aos valores em outras faixas etárias. Há evidências de que boa parte das famílias constituídas apenas pela mãe seriam extensões das famílias de parentes.

Tabela 11

TIPO DE FAMÍLIA DAS MULHERES QUE TIVERAM FILHOS
BRASIL – 1995

Idade	Casal				Apenas Mãe			Outras famílias	Total
	sem filhos	filhos < 14	filhos > = 14	filhos < = > 14	filhos < 14	filhos > = 14	filhos < = > 14		
15	5	62	1	5	24	1	1	1	100
16	4	58	1	5	27	1	2	2	100
17	3	64	2	4	23	2	1	2	100
18	3	57	1	2	33	2	1	1	100
19	3	66	1	2	25	3	0	1	100
15-19	3	62	1	3	27	2	1	1	100
20-24	2	74	1	1	18	2	0	1	100
25-29	2	80	1	2	13	2	0	1	100

Fonte: IBGE – PNAD 1995.

A maior parte das mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filhos têm na família, a condição de cônjuge (65%) seguida de pessoa de referência (27%), como mostra a Tabela 12. Isso é radicalmente diferente do que ocorre entre as mulheres que não tiveram filhos, onde predominam as condições de filho (82%) e outro parente (8%). As proporções nas condições de pessoa de referência e cônjuge das mulheres que tiveram filhos diminuem bastante quando dizem respeito à condição no domicílio, mostrando que nos casos de maternidade é comum a união conjugal, porém recorrendo freqüentemente à estratégia de formação de domicílios de famílias conviventes. Como é alta a proporção de mulheres que tiveram filhos e continuam a residir com a mãe (Tabela 9) e grande a diferença entre as proporções da situação de cônjuge na família e no domicílio (Tabela 12), é possível inferir que neste caso tratam-se de extensões de famílias nucleares onde a família de parentes próximos absorve a família da jovem mãe. Nos casos de mulheres que tiveram filhos e não contraíram união conjugal, os diferenciais entre condição na família e condição no domicílio sugerem que é comum que estas (e seus filhos) passem a compor famílias estendidas nas quais a jovem mãe tende a ocupar a posição de filho ou outro parente.

Tabela 12

CONDIÇÃO NA FAMÍLIA E NO DOMICÍLIO DAS MULHERES
QUE TIVERAM FILHOS
BRASIL – 1995

Filhos	Pessoa de referência	Cônjuge	Filho	Outro parente	Outros*	Total
Condição na Família						
Teve filhos	27	65	5	2	1	100
Não teve filhos	0	6	82	8	4	100
Condição no Domicílio						
Teve filhos	2	48	33	15	2	100
Não teve filhos	0	4	81	11	4	100

Fonte: IBGE – PNAD 1995.

Nota: Outros inclui agregados pensionistas empregado doméstico e parente do empregado doméstico.

A formação de famílias estendidas não é, no Brasil, o padrão atual de constituição de família. Regra geral, a formação de uma família é entendida pela maioria dos brasileiros como a composição de uma família nuclear residindo em um domicílio não compartilhado com outras famílias. A família age como uma peça importante do sistema de solidariedade social já que é capaz de redistribuir seus recursos em auxílio de membros incapacitados ou em situação desvantajosa. Neste caso, a família é capaz de modificar sua estrutura e absorver novos membros, inclusive uma outra família completa que se agrega na forma de uma extensão familiar residindo no mesmo domicílio e compartilhando de outros recursos da família principal no domicílio. Por estar em desacordo com os padrões institucionalizados, essa extensão só ocorre quando as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos são suficientemente fortes para justificar a ruptura dos padrões de família socialmente estabelecidos[3]. A grande incidência de extensões familiares é, portanto, um indicador da fragilidade das famílias constituídas por mães muito jovens.

3 Assim, a diferença nos tipos de família das mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filhos, contrariando o padrão mais freqüente entre as demais mulheres, sugere que a maternidade nessa faixa etária pode ser considerada, do ponto de vista da constituição de família, precoce.

3 CONCLUSÕES

As evidências sugerem que a maternidade nas mulheres de 15 a 19 afeta negativamente a educação, o trabalho, a posição das mulheres no mercado matrimonial e a constituição de suas famílias. Em todo o Brasil aproximadamente de 1 milhão, (cerca de 13%) de mulheres nessa faixa etária tiveram filhos, em sua maioria entre os 15 e 17 anos de idade, fenômeno que está relacionado a altas taxas de fecundidade indesejada e diz respeito principalmente as mulheres mais pobres, onde a fecundidade é significativamente mais alta.

Papéis de gênero limitam a capacidade das mulheres de conduzir simultaneamente atividades produtivas e funções reprodutivas, reduzindo a capacidade das mulheres de se adequar às exigências do mercado de trabalho. As taxas de atividade das mulheres que tiveram filhos são significativamente menores do que as taxas das mulheres que não os tiveram, sendo o impacto de filhos na participação no mercado de trabalho especialmente forte entre as mulheres muito jovens. O emprego é também menor entre as mulheres que tiveram filhos e, analogamente, o impacto dos filhos nas taxas de ocupação é também maior entre as mulheres mais jovens. Ter filhos nessa idade implica uma desvantagem à medida que a eles acompanham restrições à participação no mercado de trabalho e, quando essa participação ocorre, são maiores as dificuldades das mulheres para empregar-se. O mercado de trabalho parece reagir a filhos com reduções nas quantidades de mão-de-obra absorvida sem, no entanto, realizar ajustes em preços que caracterizariam seletividade na remuneração, visto que os rendimentos por hora trabalhada de mulheres que têm filhos são, inclusive, pouco maiores do que os das mulheres sem filhos. Isso levanta a possibilidade de que as diferenças de atividade e ocupação sejam predominantemente causadas não por restrições na oferta de postos de trabalho para mulheres com filhos, mas por decisões familiares, influenciadas por normas de gênero, que ao considerar incompatíveis atividades econômicas e funções de reprodução, estariam limitando a oferta de mão-de-obra das mães.

Há uma forte correlação negativa entre escolaridade e fecundidade entre as mulheres de 15 a 19 anos. A proporção de mulheres sem educação que tiveram filhos ou estavam grávidas nessa idade é cerca de 10 vezes maior do que entre as mulheres que têm entre nove a onze anos de estudo (correspondente aos anos do segundo

grau). Se por um lado o baixo nível educacional provoca maior fecundidade, por outro a maternidade pressiona a transição da infância para a vida adulta forçando as mulheres a assumir papéis relacionados à constituição de família e provimento de renda que são incompatíveis com a manutenção dos estudos. Filhos reduzem a escolarização das mulheres, fazendo com que a taxa de freqüência à escola seja muito menor entre as mães de 15 a 19 anos, fato que impede o progresso escolar normal dessas mulheres.

As chances de contrair e permanecer em união das mulheres de 15 a 19 anos são afetadas por filhos. A maternidade pressiona a constituição de uniões e mostrou-se responsável por maiores chances de se constituir uniões consensuais. A incidência de uniões chega a ser 22 vezes maior entre as mulheres de 15 anos que tiveram filhos e nunca é menor que 6 vezes, como é o caso das mulheres de 19 anos. Essa pressão para a união cria uniões mais frágeis e suscetíveis de dissolução, o que vem a ser uma desvantagem para as mulheres. As mulheres unidas reorganizam suas estratégias de vida para satisfazer seus interesses dentro das estrutura institucional das uniões, que implica assumir papéis que às limitam no que diz respeito à escolarização e trabalho. A saída do mercado de trabalho, o desemprego e a interrupção da escolarização têm impacto maior, tanto mais longa seja sua duração. Assim, do ponto de vista econômico, para as mulheres que permanecem unidas por algum tempo, a instabilidade das uniões é desvantajosa. Os dados da PNAD 1995 mostraram que as chances de as mulheres que tiveram filhos constituírem uma união consensual, justamente a que apresenta maior risco de dissolução, são maiores, especialmente entre as jovens de menor idade.

Os padrões de formação de família predominante entre as mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filhos varia pouco em função de sua idade. Comparados com os padrões de mulheres entre 20 e 29 anos, no entanto, é muito maior a proporção do arranjo Apenas Mãe Vivendo com Filhos. Diferenciais entre a condição na família e a condição no domicílio das mulheres indica que freqüentemente as famílias das mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filhos são absorvidas como extensões das famílias de seus parentes. Essa ruptura dos padrões institucionalizados para a formação de família no Brasil, motivada por estratégias de proteção às famílias das jovens mães, evidencia sua fragilidade e a precocidade dessa maternidade no que diz respeito à constituição de família.

4 BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, C. M., CAMPOS, M. M., MARQUES, A. C. Institucionalizando o Desamparo. In: *Gravidez na adolescência.* Brasília: IPEA-UNICEF-FCC, 1986.

BARROS, R. P., MENDONÇA, R. S. *Os determinantes da desigualdade no Brasil.* IPEA, jul. 1995. (Texto para discussão, 377).

BEMFAM. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde 1996. BEMFAM. Rio de Janeiro, 1997.

BONELLI, R., RAMOS, L. Income distribution in Brazil: an evaluation of long term trends and changes in inequality since the mid-70s. In: MENDONÇA, R., URANI, A. (Org.). *Estudos Sociais e do Trabalho.* Rio de Janeiro: IPEA, 1994. v. 1.

BRUSCHINI, C. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: FERNANDES, R. (Org.). *O trabalho no Brasil no limiar do século XXI.* São Paulo: Editora LTr, 1995

-----, LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1996. v. 1, p. 483-516.

CREMONESI, M. V. T. Duração das primeiras uniões: uma análise dos riscos proporcionais da separação nas regiões São Paulo, Sul e Nordeste. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1994, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1994. v. 2, p. 307-320.

GREENE, M. E., RAO, V. A compressão do mercado matrimonial e o aumento das uniões consensuais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais,* Campinas, v. 9, n. 2, p. 168-183, jul./dez. 1992.

IBGE. *PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995.* Microdados. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1997

MELO, A. V. *A gravidez na adolescência:* uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993. (Dissertação de mestrado).

RIOS-NETO, E. L. G., WAJNMAN, S. Participação feminina no mercado de trabalho no Brasil: elementos para projeção de níveis e tendências. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1994, Caxambu. *Anais*... Belo Horizonte: ABEP, 1994. v. 3, p. 445-464.

-----. O impacto das crianças sobre a participação feminina na PEA: o caso das mulheres casadas urbanas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais*... Belo Horizonte: ABEP, 1996. v. 1, p. 517-534.